

# Dos tupinambás a FHC

01 ABR 1995

MOACIR WERNECK DE CASTRO \*

No ensaio "Dos canibais", Michel de Montaigne trata da presença dos tupinambás brasileiros na corte do rei Carlos IX, em Ruão, e extrai lições que iriam enriquecer o patrimônio do pensamento humanista. Conta Montaigne que alguém perguntou àqueles índios o que achavam da cidade grande dos franceses. Resposta: "Observaram que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis, mendigam às portas dos outros (em sua linguagem metafórica a tais infelizes chamam metades), e acham extraordinário que essas metades de homens suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais."

Sabiam das coisas, os nossos tupinambás. E quando o próprio Montaigne conversa com um deles, tratado com rei, e quer saber de onde lhe vinha a ascendência sobre os seus, o chefe responde apenas que tinha o privilégio de marchar à frente deles quando iam à guerra. E nas épocas de paz, conserva a sua autoridade? — indaga o francês. Sim, responde o índio, acrescentando: "Quando visito as aldeias que dependem de mim, abrem-me caminhos da capoeira para que eu possa passar sem incômodo." (Citado na tradução de Sérgio Milliet).

O presidente Fernando Henrique Cardoso não desconhece esse ensaio famoso, como letrado que é. Pois poderia inspirar-se nele, como tuaxau desta República, marchando à frente dos brasileiros na guerra de que são vítimas as nossas "metades de homens". Assim abririam caminhos para ele, em vez de protestar nas ruas.

Neste dia em que o governo de Fernando Henrique completa três meses, é visível a linha descendente de sua cotação na implacável bolsa de valores do julgamento popular. E não adianta culpar por isso o ex-secretário de Comunicação Social: queriam um manipulador de imagem, quando ele é profissional de outro ramo. Nem basta que os ministros se ponham a falar compulsivamente do que estão fazendo, ou pensam fazer, ou não fazem, enquanto se conflitam uns com os outros. O curioso, aliás, é que quem fala bem e diz coisas certas não pertence ao governo, embora dele esteja bem próxima: a professora Ruth Cardoso, responsável pelo Conselho da Comunidade Solidária.

Na proposta inicial, apoiada por mais de trinta milhões de votos, este seria um governo de sábios, escolhidos sem considerar alianças partidárias ou pressões de qualquer natureza. O que se vê, no entanto, é que ele não corresponde à expectativa. Alastra-se pelo país um clima de frustração e melancolia difusa.

Fernando Henrique parece desconcertado com as manifestações de descontentamento que tem de enfrentar. Minimiza-as demais. Reage mal. Fica furioso, contrariando a imagem de equilíbrio e ponderação que cultivou como candidato. (A lembrança de Collor ainda está bem viva: socos na mesa, invectivas, ameaças gênero "doa a quem doer" impressionam desagradavelmente.) Apela para uma postura inadequada, autoritária, fulminando a crítica dos opositores com a pecha sumária de que só dizem bobagem, ou são levianos, ou possuídos de fracasso-mania.

Culminou essa nova faceta do presidente com o discurso do Ceará, onde esteve irreconhecível. Recorreu

a figuras de retórica destoantes da realidade, como aquele "conluio de falsa esquerda coma direita carcomida" para derrubar o Plano Real; e se apropriou de uma expressão com direitos autorais registrados, a "vanguarda do atraso", cunhada pelo deputado Fernando Lira, então ministro da Justiça, em ato público contra a censura, no Teatro Casa Grande, ao caracterizar, surpreendentemente, um setor que o próprio presidente Sarney representava. (Eu ouvi.)

Por outro lado, diga-se a bem da justiça, a oposição não deve confundir a crítica ao governo com apelo a uma agressividade que só faz dar força à reação. Manifestações públicas são uma conquista da democracia, alcançada a duras penas e que é preciso salvaguardar. Daí ao desrespeito, ao quase apedrejamento — recursos politicamente ineficazes ou contraproducentes, nas circunstâncias — vai uma distância enorme. Surpreende que uma matriz capaz de produzir líderes e negociadores respeitáveis e respeitados, como Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, não encontre meios de mobilizar a sua militância mais disciplinada e consciente para dar o devido tom às manifestações de massa. Serve o pretexto para que uma reação sempre inclinada à violência logo fale em baderna e lance mão da polícia ou do exército para sair espancando.

É evidente que a estratégia do governo se tornou inaceitável para importantes segmentos da opinião. Não dá para entender que todos os males devam ser corrigidos obrigatoriamente, como passo indispensável para a governabilidade, pela reforma da Constituição. Ela está, todos concordam, sujeita a eventuais revisões. Mas determina que as emendas devem ser aprovadas por

JORNAL DO BRASIL  
três quintos dos votos da Câmara (não por maioria simples, como se pretende), e em dois turnos no Senado.

É sensível no empenho obstinado do governo a tentativa de liquidar as conquistas sociais incorporadas à Carta, conforme receita tipicamente neoliberal. Amplos setores, e não só da esquerda, repelem a insistência na "flexibilização" do monopólio estatal do petróleo. É inacreditável que o Executivo mande esse projeto ao Congresso com uma rápida e irrisória justificativa, incompatível com assunto que tão de perto toca à soberania nacional, e onde, como disse o deputado Miro Teixeira, o único número é a data.

Não está demonstrado que a maior prioridade nacional seja a reforma da Constituição, nem que a ordem proposta seja inalterável, como revelou o recuo na questão da previdência social.

É penoso, mesmo para quem discorda do governo, assistir a tantas trapalhadas que vêm marcando o seu desempenho — as marchas e contramarchas da articulação política, a dificuldade em se entender com a sua própria base no Congresso, a nebulosa da banda cambial, a dança das alíquotas de importação, e por aí afora.

Para os porta-vozes da situação tudo virou "corporativismo", a começar pelas reivindicações dos movimentos operário e estudantil. Ficou para não se sabe quando a opção pelos mais pobres, anunciada no discurso de posse de Fernando Henrique, há apenas três meses.

A auto-suficiência PhD não está dando certo. Que tal se o presidente ouvisse a sabedoria tupinambá?